

ORDEM DOS ADVOGADOS

Conselho Geral

Proposta de Orçamento para o ano de 2018

Nota introdutória

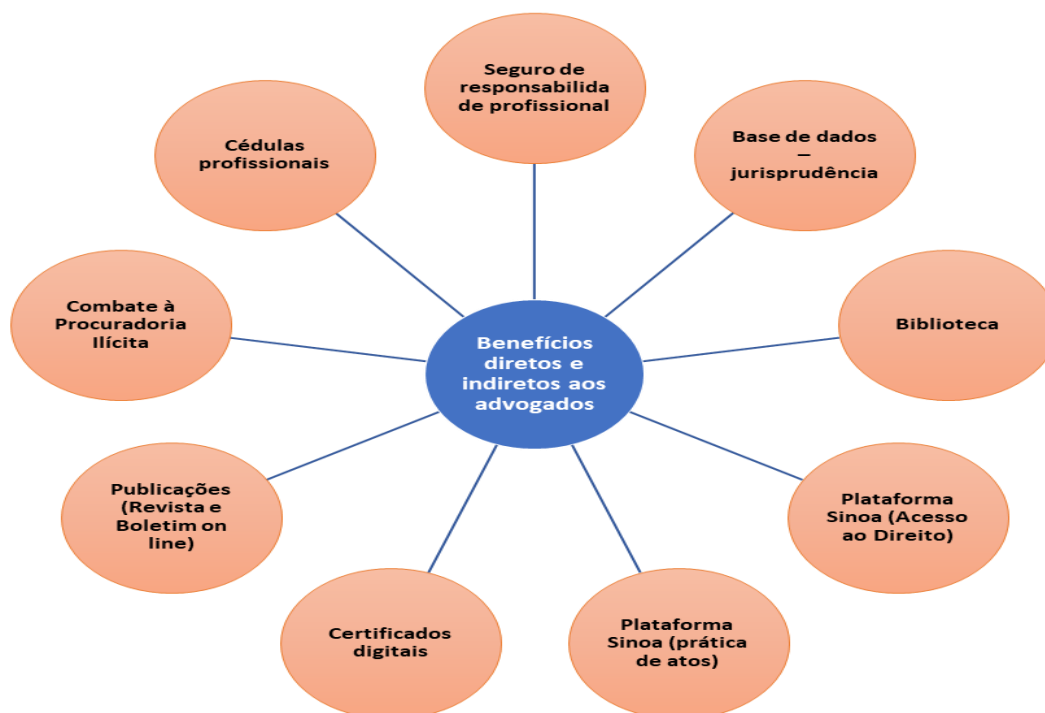
Nos termos do disposto na alínea q) do nº 1 do artigo 46º do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei n.º 145/2015, de 9 de setembro de 2015, é da competência do conselho geral *“submeter à aprovação da assembleia geral o orçamento e plano de atividades para o ano civil seguinte, as contas do ano civil anterior e o respetivo relatório sobre as atividades anuais que forem apresentadas pelo bastonário”*.

Este documento consta, portanto, de dois títulos - Plano de Atividades e Orçamento.

Antes de passarmos ao plano de atividades a que se seguirá a apresentação do orçamento, deixamos desde já um “flash” da estrutura deste documento - grandes áreas:

Estrutura do orçamento do Conselho Geral para 2018		
Despesas da estrutura e funcionamento dos serviços do Conselho Geral e outras (engloba todos os órgãos)	2 933 915	47%
Despesas relacionadas com os benefícios diretos e indiretos atribuídos aos advogados	2 421 504	39%
Despesas relacionadas com as atividades programáticas do Conselho Geral	310 741	5%
Despesas relacionadas com as atividades das Comissões e Institutos	120 437	2%
Despesas relacionadas com investimentos líquidos	448 225	7%
Despesas totais	6 234 822	100%

Realçando-se que as despesas relacionadas com benefícios diretos e indiretos aos advogados e que representam cerca de 39% do orçamento, se repartem pelas seguintes rubricas, das quais se destaca o prémio com o seguro de responsabilidade profissional.



Benefícios aos advogados		
<i>Seguro de responsabilidade profissional</i>	1 200 000,00	49,56%
<i>Bases de dados de jurisprudência</i>	103 320,00	4,27%
<i>Biblioteca</i>	195 848,62	8,09%
<i>Plataforma Sinoa e Acesso ao Direito</i>	139 615,19	5,77%
<i>Plataforma Sinoa (prática de atos)</i>	179 016,68	7,39%
<i>Help desk</i>	52 298,12	2,16%
<i>Certificados digitais</i>	178 350,00	7,37%
<i>Publicações (Revista e Boletim on line)</i>	227 976,96	9,41%
<i>Combate à procuradoria ilícita</i>	10 000,00	0,41%
<i>Mandatários em sede contencioso</i>	110 700,00	4,57%
<i>Cédulas profissionais e outros benefícios</i>	24 378,00	1,01%
Total	2 421 503,56	100,00%

Passando, então ao plano de atividades,

I. Plano de Atividades

O plano de atividades reflete o pensamento e conjunto de ideias do Conselho Geral sobre o que se pretende que venha a ser o segundo ano do seu mandato e que mais não é do que a continuação da concretização do compromisso assumido durante a nossa campanha perante todos os advogados e advogadas, no desenvolvimento e defesa dos seus direitos e prerrogativas, contribuindo para a dignificação da profissão, e para a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, logo, da democracia e do estado de direito.

A concretização deste plano de ações terá o envolvimento e a participação das comissões e institutos no âmbito das áreas cuja competência lhes está atribuída, bem como dos Conselhos Regionais em todas as matérias cuja relevância e atualidade seja do interesse dos advogados.

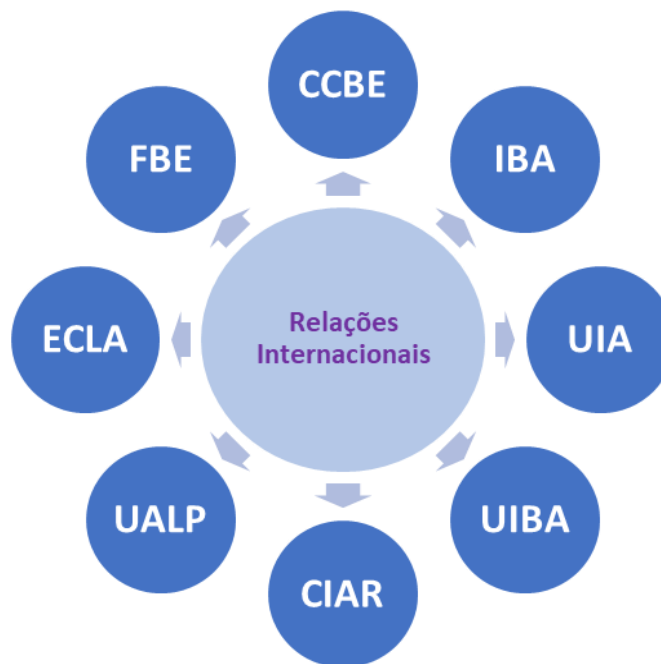


Os colaboradores são essenciais à realização de todas as atividades, não só as relacionadas com a estrutura e funcionamento, mas também com a organização e realização dos eventos.

Os fornecedores e prestadores de serviços, selecionados mediante critérios de qualificação e idoneidade, são parceiros com que também contamos para o sucesso das nossas iniciativas.

Também privilegiaremos as relações com os nossos parceiros internacionais, designadamente com as associações congéneres, com as quais mantemos laços de proximidade, permuta de experiências, com a participação em eventos realizados com a nossa participação.

É exemplo o Congresso da UIA, a realizar na cidade do Porto no ano de 2018.



CCBE - CONEIL DES BARREAUX EUROPEENS

IBA - INTERNATIONAL BAR ASSOCIATION

UIA - UNION INTERNATIONALE DES AVOCATS

UIBA - UNION IBEROAMERICANA DE COLÉGIOS Y AGRUPACIONES DE ABOGADOS

CIAR - CENTRO IBERO AMERICANO DE ARTBITRAGENS

UALP - UNIÃO DOS ADVOGADOS DE LINGUA PORTUGUESA

ECLA - EUROPEAN COMPANY LAWERS ASSOCIATION

FBE - FEDERATION DES BARREAUX D'EUROPE

Embora, ao tomarmos posse no início deste ano, tenhamos herdado um orçamento aprovado em Assembleia Geral, que não tinha eco no nosso programa de ações, tal não impediu que não puséssemos em prática esse plano.

O apoio aos advogados, traduzido na prestação de um melhor serviço é uma das principais vertentes desse conjunto de atividades e que passa por um adequado apetrechamento dos serviços, quer em termos de ferramentas tecnológicas, que permitam maior agilidade com eficiência e eficácia, quer em termos de qualificação dos colaboradores, peças essenciais para a concretização de todas as atividades e tarefas operacionais, investimentos estes que carecem de um financiamento significativo.

Ao nível dos recursos humanos destaca-se a necessidade de formação profissional em áreas específicas do Procedimento Administrativo, dos procedimentos de contratação pública e do novo Regulamento da Proteção de Dados, para além das de conteúdo geral e fundamental para o cabal exercício das suas tarefas.

Pretende-se atingir todos esses objetivos sem onerar os advogados com qualquer esforço adicional e sem por em causa o equilíbrio orçamental.

O Conselho Geral começou os procedimentos para cobrança das quotas em dívida, iniciando com acordos extrajudiciais, entretanto concluídos, estando agora em curso o período para os advogados se inscreverem no acesso ao direito e aos tribunais que, nos termos do Regulamento, têm de ter as quotas vencidas pagas; estabeleceu no dia 7 de novembro de 2017, juntamente com os Conselhos Regionais, medidas conjuntas sobre os serviços que não poderão ser prestados aos advogados com quotas em dívida e que, oportunamente se dará conhecimento; por último, iniciar-se-ão, após o termo do referido período de inscrição, as ações de cobrança coerciva, nos termos legalmente estabelecidos, o que se impõe, atento o princípio da igualdade com os colegas inscritos no acesso ao direito e aos tribunais e os demais colegas que cumprem a obrigação.

Assim, no próximo ano, as atividades que nos propomos desenvolver, decorrerão num ambiente de relações com todos os *stakeholders*, de que destacamos os seguintes:



Como já deixámos expresso, as necessidades de investimento em áreas críticas não podem ser realizadas num só ano por constrangimentos orçamentais, por um lado, mas também porque alguns desses investimentos não são possíveis realizar num curto espaço de tempo.

Por isso, o nosso plano estratégico não cabe no horizonte do nosso mandato, devendo estender-se, pelo menos, ainda pelo próximo, de acordo com o seguinte cronograma.

2018

- Portal – integração de todos os órgãos
- Conclusão implementação EDOC, com integração com o portal
- Vinheta eletrónica
- Fatura certificada e disponibilização na área reservada
- Reorganização interna – 1ª fase
- Planeamento e controlo orçamental
- Serviço de compras
- Regime de contratação pública – CG
- Recursos humanos – coordenação e uniformização-1

2020

- Secretaria virtual – 2ª fase
- Central de compras – 2ª fase
- Regime de contratação pública
- Reorganização interna – 3ª fase
- Recursos humanos – coordenação e uniformização – consolidação

2019

- Secretaria virtual – 1ª fase
- Voto eletrónico
- Certidões on line
- Reorganização interna – 2ª fase
- Regime de contratação pública – todos os órgãos
- Central de compras 1ª fase
- Recursos humanos – coordenação e uniformização-2

Assim:

1. Ao nível institucional, destacamos

- Atividades do bastonário
- Atividades das comissões e institutos
- Cidadania e direitos humanos
- Combate contra os atos de procuradoria ilícita
- Atividades no âmbito das relações internacionais
- Comunicação e imagem da O.A.
- Congresso dos Advogados Portugueses
- Realização de conferências, palestras, colóquios e outros eventos
- Ações junto dos meios de comunicação social
- Alteração dos Estatutos

2. **Outras atividades da competência da O.A.,** tais como:
 - Novo regulamento de proteção de dados pessoais
 - Ação legislativa com a Assembleia da República
 - Ação legislativa com o Governo
 - Atividades institucionais com Conselho Superior da Magistratura Judicial, Supremo Tribunal de Justiça, Tribunais, Centro de Estudos Judiciários, outras Ordens e Associações Profissionais, Universidades e outras associações.
3. **Medidas e serviços de apoio aos advogados**
 - Portal da O.A. - prosseguir com o projeto de integração dos conselhos regionais, conselhos de deontologia e delegações.
 - Medidas de apoio à maternidade
 - Implementação da vinheta eletrónica
 - Implementação do voto eletrónico
4. **Organização interna e da gestão dos recursos humanos**
 - Reorganização dos serviços.
 - Definição de funções, criação e implementação de manual de procedimentos.
 - Implementação do regime da contratação pública e das regras da execução orçamental.
 - Implementação dos mecanismos conducentes ao cumprimento da legislação do Novo Regulamento da Proteção de Dados.
 - Criação, conjuntamente e com a colaboração dos Conselhos Regionais, de mecanismos conducentes à uniformidade de procedimentos, de centralização das compras de bens e serviços cuja necessidade é transversal a todos os órgãos da O.A., visando objetivos de economia, eficiência e eficácia, de uniformização de políticas de gestão de recursos humanos.
5. Plano estratégico a conceber no decurso do ano de 2018, visando um período alargado, dando início ao plano de atividades e preparação do orçamento para 2019.

Plano de atividades - conclusão

O presente plano de atividades foi preparado para que todos os advogados, as entidades oficiais e demais interessados compreendam os caminhos que a O.A. pretende percorrer e os meios a utilizar para prosseguir os objetivos e cumprir a sua

missão, seja na prestação de todos os serviços de apoio aos seus associados, seja no desenvolvimento e defesa dos seus direitos e prerrogativas, contribuindo para a dignificação da profissão, para a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, logo, da democracia e do estado de direito.

Naturalmente que o presente plano de atividades não se esgota no presente ano, até porque grande parte das medidas estão concebidas para um horizonte de médio e longo prazo, com o duplo objetivo de recuperação de algum tempo perdido e passarmos a anteciparmo-nos aos constrangimentos e vicissitudes, pois é esta a melhor forma de os evitar.

O orçamento - recursos financeiros

Sem recursos materiais e humanos não é possível desenvolver qualquer plano de atividades.

Para a obtenção destes são necessários recursos financeiros. E estes são escassos.

Nos termos do disposto na alínea q) do nº 1 do artº 46º do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei nº 145/2015, de 9 de setembro de 2015, é da competência do conselho geral ***“submeter à aprovação da assembleia geral o orçamento e plano de atividades para o ano civil seguinte...”***

Ora, o orçamento é determinado por esse plano de atividades e nele se preveem e demonstram todas as necessidades de estrutura e funcionamento, de desenvolvimento do plano de atividades, incluindo as realizadas pelas comissões e institutos, as decorrentes de compromissos internacionais e as necessidades de investimento.

Mas, não só. Acresce que, sendo competência do Conselho Geral a cobrança das quotizações, a sua imputação aos Conselhos Regionais também é considerada nas despesas do Conselho Geral.

Do mesmo modo é considerada nas despesas do Conselho Geral a verba que é estimada para eventual apoio aos órgãos que dele venham a necessitar, como prevê o número 7 do artigo 180º, o que também pode contribuir para limitar a margem de manobra na gestão dos fundos.

Portanto e desde logo, a reorganização dos serviços e apetrechamento dos mesmos com meios materiais suportados pelas novas tecnologias e meios humanos qualificados e competentes, determinam um conjunto de necessidades de investimento, com peso significativo no orçamento, como se demonstrará.

Contudo, e se é certo que a O.A. dispõe de reservas suficientes para fazer financiar praticamente todas as necessidades imediatas, também este Conselho tem a consciência que deve prevenir a estabilidade financeira da Instituição de uma forma sustentada, pelo que este orçamento também contém em si mesmo o princípio fundamental da prudência.

Por outro lado, este Conselho pretende também, sem prejuízo da realização dos investimentos essenciais e das despesas de funcionamento mínimas, uns e outras fundamentais ao eficiente e eficaz funcionamento dos serviços, designadamente os de apoio aos advogados, pugnar pelo princípio do equilíbrio orçamental.

Importa ainda realçar que o orçamento da Ordem dos Advogados para o ano de 2018 é composta pelas propostas de orçamento individuais do conselho geral, dos conselhos regionais, dos conselhos de deontologia e das delegações e agrupamentos de delegações.

Este documento respeita tão só à proposta do orçamento individual do conselho geral para o ano de 2018 e foi apreciada e votada no plenário do Conselho Geral realizado no dia 6 de novembro de 2017, resumida conforme o quadro seguinte:

SINTESE DO ORÇAMENTO	
Receitas correntes	12 912 901,14
Despesas correntes e de estrutura	11 979 340,22
Despesas correntes diretamente relacionadas com as atividades	431 178,49
Despesas correntes totais	12 412 968,71
Excedente gerado	499 932,43
Despesas de investimento	454 724,87
Receitas provenientes de desinvestimentos	6 500,00
Saldo orçamental	51 707,56

Contudo, para uma melhor leitura destes números, importa ter em conta:

1. Que as receitas das quotizações são repartidas entre os Conselhos Regionais e Delegações na proporção de 50%.
2. Que este orçamento contempla um apoio extraordinário aos Conselhos Regionais que dele careçam para desenvolver as atividades da sua competência estatutária, no montante de € 350 000,00.
3. Que nas receitas do Conselho Geral se encontra registada a verba de € 85 107,60, que respeita à sua comparticipação nas taxas de inscrição de advogados recebidas pelos Conselhos Regionais.

Pelo que, se expurgarmos do orçamento todas as operações que estão previstas neste orçamento com os Conselhos Regionais, aquele quadro resumo resulta com a seguinte estrutura:

SINTESE DO ORÇAMENTO	
<i>Receitas correntes</i>	6 656 146,77
<i>Despesas correntes e de estrutura</i>	5 460 143,45
<i>Despesas correntes diretamente relacionadas com as atividades</i>	431 178,49
<i>Despesas correntes totais</i>	5 891 321,94
<i>Excedente gerado</i>	764 824,83
<i>Despesas de investimento</i>	454 724,87
<i>Receitas provenientes de desinvestimentos</i>	6 500,00
<i>Saldo orçamental</i>	316 599,96

Ou seja, o saldo final orçamental passaria de € 51 707,56, para € 316 599,96.

Assim, salvo indicação em contrário, todos os indicadores apurados com referência, quer às receitas, quer às despesas, excluem as referidas operações internas.

PRESSUPOSTOS da proposta de orçamento

<i>RECEITAS CORRENTES</i>	
Receitas Estatutárias	12 708 401,14
Quotizações estatutárias	12 343 293,54
Comparticipação em taxas de inscrição de advogados	85 107,60
Receita da procuradoria e das taxas de justiça	200 000,00
Laudos	80 000,00
Outras receitas	204 500,00
Vendas de mercadorias e prestação de serviços	25 000,00
Serviços de apoio a advogados	150 000,00
Publicidade	2 000,00
Patrocínios	27 500,00
RECEITAS CORRENTES TOTAIS	12 912 901,14

Passando à análise de detalhe:

Quotizações estatutárias

Esta previsão é líquida dos descontos pelo recebimento anual e semestral antecipado a que, em média, aderem cerca de 60% dos advogados, não estando aqui considerado a cobrança de quotas das sociedades de advogados que, apesar de regulamentada e ter entrado em vigor em janeiro de 2016, nunca foi aplicado pelo Conselho Geral então em exercício, devendo merecer, do ponto de vista procedimental, prévia consulta pública, o que ocorrerá logo no início do ano de 2018, prevendo-se a sua conclusão e aplicação ainda durante o primeiro trimestre.

O valor orçamentado é superior ao do ano anterior cerca de 1,4 % e resulta essencialmente de o aumento do número de advogados inscritos e previstos inscrever durante o ano de 2018.

O montante de quotas previsto receber terá a repartição, constante no quadro seguinte, de acordo com o previsto nos EOA:

Descrição	Total	Retido no CG	CRL	Delegações do CRL	CRP	Delegações do CRP	CRC	Delegações do CRC	CRE	Delegações do CRE	CRF	Delegações do CRF	CRA	Delegações do CRA	CRM
Valor bruto previsto receber	13 782 150	6 891 075	2 672 663	480 825	1 483 481	755 606	411 975	411 975	152 100	144 225	141 413	82 125	39 881	11 644	103 163
Desconto pelo recebimento anual e semestral antecipado (cerca de 10%)	1 438 856	719 428	279 026	50 198	154 875	78 885	43 010	43 010	15 879	15 057	14 763	8 574	4 164	1 216	10 770
Valor líquido previsto receber	12 343 294	6 171 647	2 393 637	430 627	1 328 606	676 721	368 965	368 965	136 221	129 168	126 649	73 551	35 718	10 428	92 392
Total líquido	12 343 294	6 171 647	2 824 263		2 005 327		737 930		265 389		200 200		46 146		92 392
Total líquido	100,00%	50,00%	22,88%		16,25%		5,98%		2,15%		1,62%		0,37%		0,75%

Como se pode inferir da análise do mapa das receitas, as quotizações representam cerca de 96% do total das receitas, pelo que as restantes têm um peso residual e também se caracterizam pela sua irregularidade.

A receita proveniente da procuradoria e das taxas de justiça tem vindo, como é sabido, a reduzir significativamente, ano após ano, pelo que se considera razoável a verba orçamentada de € 200 000,00.

A receita prevista para a emissão de laudos está em consonância com os valores médios anuais realizados.

A rubrica de vendas e prestação de serviços respeita essencialmente à venda de agendas e objetos da “loja”.

Quanto à rubrica “serviços de apoio a advogados” decorre da cobrança de taxas e emolumentos diversos a advogados e sociedades de advogados, pela emissão de certidões, registos e outros.

DESPESAS CORRENTES

Todas as despesas correntes estão estimadas com base numa análise efetuada rubrica a rubrica, em função das necessidades concretas identificadas, tendo sempre presente uma política de eliminação de desperdícios, racionalização das despesas visando objetivos de economia, eficiência e eficácia.

Sem prejuízo dos valores assumidos neste orçamento em cada uma das rubricas, na execução orçamental não deixará de estar permanentemente presente a negociação das melhores condições de fornecimentos dos bens e serviços pelo menor preço, seguindo as regras da contratação pública.

Para fazer face a contingências, acidentes ou outro tipo de imprevistos, ficam desde já estabelecidas neste documento as regras a observar na execução orçamental, as quais estão esplanadas na página 30.

O orçamento para 2018 consta das páginas seguintes, seguindo-se o destaque das despesas relacionadas com as atividades do Conselho Geral e das despesas relacionadas com as atividades das Comissões e Institutos.

PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2018

Descrição	Valores
DESPESAS CORRENTES	
Serviços especializados	1 641 486,58
Trabalhos especializados	1 119 385,13
Divulgação institucional e obrigatória	36 109,80
Vigilância e segurança	17 987,57
Honorários	309 215,27
Conservação e reparação	81 105,76
Serviços bancários	10 000,00
Encargos com cobrança de quotas	67 683,05
Materiais	43 228,00
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	500,00
Livros e documentação técnica	150,00
Material de escritório e consumíveis de informática	16 450,00
Artigos para oferta	9 500,00
Ornamentação e decoração	1 450,00
Material de limpeza e higiene	15 128,00
Jornais e revistas	50,00
Energia e fluidos	37 250,00
Eletricidade	33 000,00
Combustíveis	2 600,00
Água	1 650,00
Deslocações, estadas e transportes	251 902,72
Deslocações e estadas de pessoal	10 726,76
Deslocações e estadas de membros de órgãos da OA	225 735,96
Deslocações e estadas de outras entidades	14 440,00
Transporte de mercadorias e outros materiais	500,00
Portagens e estacionamento	500,00
Serviços diversos	1 604 326,90
Rendas e alugueres	111 174,33
Comunicação	190 473,05
Seguros	1 246 007,71
Contencioso e notariado	500,00
Despesas de representação	5 500,00
Limpeza, higiene e conforto	30 501,24
Águas, cafés e outros	8 624,58
Refeições por conveniência de serviços de membros de órgãos da OA	11 546,00
Subtotal	3 578 194,19

PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2018

Descrição	Valores
Comparticipação por outros órgãos em quotizações estatutárias	6 171 646,77
Dotações extraordinárias concedidas a outros órgãos	350 000,00
Despesas com pessoal	2 060 117,28
Remunerações e encargos de membros dos órgãos sociais	150 456,50
Remunerações do pessoal e benefícios	1 508 166,61
<i>Ordenados e salários</i>	<i>1 000 953,12</i>
<i>Subsídio de férias</i>	<i>93 546,20</i>
<i>Subsídio de natal</i>	<i>93 546,20</i>
<i>Diuturnidades</i>	<i>37 200,00</i>
<i>Isenção de horário de trabalho</i>	<i>90 281,16</i>
<i>Trabalho suplementar</i>	<i>27 500,00</i>
<i>Subsídio de refeição excluído de tributação</i>	<i>61 255,04</i>
<i>Subsídio de refeição sujeito a tributação</i>	<i>53 801,44</i>
<i>Abonos para falhas</i>	<i>1 237,50</i>
<i>Passes sociais</i>	<i>6 432,75</i>
<i>Benefícios pós-emprego (complemento de reforma)</i>	<i>6 015,24</i>
<i>Outros benefícios - pensões</i>	<i>32 397,96</i>
<i>Indemnizações e compensações por cessação de contrato de trabalho</i>	<i>4 000,00</i>
Encargos sobre remunerações	309 929,62
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	981,13
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	11 612,43
Seguro de saúde grupo	42 654,90
Medicina, higiene e segurança	2 716,09
Formação profissional	28 350,00
Confraternização com pessoal	3 650,00
Refeições por conveniência de serviço	100,00
Outras despesas com pessoal	1 500,00
Outras despesas	253 010,47
<i>Impostos</i>	<i>1 500,00</i>
<i>Donativos</i>	<i>3 600,00</i>
<i>Quotizações</i>	<i>73 807,47</i>
<i>Ofertas e amostras de inventários</i>	<i>10 000,00</i>
<i>Inscrições em eventos</i>	<i>1 500,00</i>
<i>Reembolso de quotas a advogadas parturientes</i>	<i>24 378,00</i>
<i>Reembolso Advogados estagiários</i>	<i>95 725,00</i>
Compras	42 500,00
DESPESAS CORRENTES TOTAIS	12 412 968,71

PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2018

Descrição	Valores
RECEITAS CORRENTES	
Receitas Estatutárias	12 708 401,14
<i>Quotizações estatutárias</i>	12 343 293,54
<i>Comparticipação em taxas de inscrição de advogados</i>	85 107,60
<i>Receita da Procuradoria e das taxas de justiça</i>	200 000,00
<i>Laudos</i>	80 000,00
Outras receitas	204 500,00
<i>Vendas de mercadorias e prestação de serviços</i>	25 000,00
<i>Serviços de apoio a advogados</i>	150 000,00
<i>Publicidade</i>	2 000,00
<i>Patrocínios</i>	27 500,00
RECEITAS CORRENTES TOTAIS	12 912 901,14
EXCEDENTE GERADO	499 932,43
DESPESAS DE INVESTIMENTO	
Equipamento de informática	99 025,00
Programas de informática	282 199,87
Mobiliário	2 000,00
Equipamento diverso	1 500,00
Biblioteca	5 000,00
Grandes reparações	35 000,00
Viatura	30 000,00
DESPESAS DE CAPITAL TOTAIS	454 724,87
RECEITAS DE DESINVESTIMENTOS	
Alienação de viatura	6 500,00
RECEITAS DE CAPITAL TOTAIS	6 500,00
SALDO FINAL	51 707,56

O orçamento acima inclui as seguintes despesas:

a) Despesas relacionadas com as atividades do Conselho Geral

PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2018										
DESCRIÇÃO	Congresso dos Advogados Portugueses - Viseu	Congresso da UIA - Porto	Dia do Advogado - Portimão	Dia do Advogado Europeu	Dia da Mulher	Dia da Poesia	Conferência Expresso	Conferência Novo Regul. Europ. Proteção Dados	Comemoração DHDU	Outras conferências e debates
DESPESAS CORRENTES										
Serviços especializados	195.943,74	34.500,00	21.000,00	11.500,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Trabalhos especializados	16.333,94	32.000,00	20.000,00	10.000,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
Divulgação institucional e divulgação	31.109,00	1.500,00		1.000,00						
Honorários	1.500,00	1.000,00	1.000,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
Material	1.500,00	1.200,00	1.000,00	700,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
Material escritório e consumíveis de informática	500,00	200,00		200,00						
Artigos para oferta	1.000,00	1.000,00	1.000,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
Deslocações, estadas e transportes	10.783,60	4.320,00	7.794,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deslocações e estadas de pessoal	3.214,00		3.042,00							
Deslocações e estadas de membros de órgãos da OA	5.068,00	4.320,00	4.752,00							
Deslocações e estadas de outras entidades	2.500,00									
Serviços diversos	5.000,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aluguer de espaços para eventos	5.000,00		1.500,00							
Subtotal	213.227,34	40.020,00	31.294,00	12.200,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
Outras despesas	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ofertas e amostras de inventário	5.000,00									
DESPESAS CORRENTES TOTAIS	218.227,34	40.020,00	31.294,00	12.200,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
RECEITAS CORRENTES										
Quotas crescentes	20.000,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrocínios	20.000,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00						
RECEITAS CORRENTES TOTAIS	20.000,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL	198.227,34	37.520,00	28.794,00	9.700,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00

b) Despesas relacionadas com as atividades das Comissões e Institutos

PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2018									
DESCRIÇÃO	CDHQSAN	CA/PA/IN	ONA / CNEP	WEA	CIRE	UAD	GPL	Relações internacionais	Total comissões e institutos
DESPESAS CORRENTES									
Serviços especializados	23.838,40	9.000,00	21.620,65	5.000,00	3.500,00	16.300,50	2.500,00	1.500,00	83.259,55
Trabalhos especializados	2.500,00	1.500,00	5.978,00		1.500,00	500,00	1.000,00		12.978,00
Honorários	21.138,40	7.500,00	15.642,65	5.000,00	2.000,00	15.800,50	1.500,00	1.500,00	70.281,55
Material	1.200,00	0,00	550,00	0,00	0,00	1.250,00	0,00	0,00	3.000,00
Material de escritório e consumíveis de informática			550,00						550,00
Artigos para oferta	1.000,00					1.000,00			2.000,00
Ornamentação e decoração	200,00					250,00			450,00
Deslocações, estadas e transportes	2.064,56	0,00	3.132,76	0,00	0,00	12.947,61	0,00	9.832,67	27.977,60
Deslocações e estadas de pessoal	624,56		345,40						969,96
Deslocações e estadas de membros de órgãos da OA			2.787,36			12.947,61		9.832,67	25.567,64
Deslocações e estadas de outras entidades	1.440,00								1.440,00
Serviços diversos	2.200,00	1.000,00	200,00	0,00	200,00	200,00	200,00	700,00	4.700,00
Aluguer de espaços para eventos	2.000,00	500,00							2.500,00
Despesas de representação								500,00	500,00
Águas, cafés e outros	200,00	500,00	200,00		200,00	200,00	200,00	200,00	1.700,00
Inscrição em eventos								1.500,00	1.500,00
DESPESAS CORRENTES TOTAIS	29.302,96	10.000,00	25.503,41	5.000,00	3.700,00	30.698,11	2.700,00	13.532,67	120.437,15

Passando à justificação e apresentação dos pressupostos para a determinação do valor das restantes rubricas:

Trabalhos especializados

Trabalhos especializados	
<i>Descrição</i>	Valores
<i>Trabalhos de tipografia</i>	21 200,00
<i>Encadernações</i>	2 000,00
<i>Serviços de custódia de documentos</i>	7 200,00
<i>Serviços de clipping</i>	6 750,00
<i>Jurisprudência - Base de dados</i>	103 320,00
<i>Assistência técnica a aplicações e servidores de contabilidade e afins</i>	57 268,80
<i>Assistência Informática e licenças</i>	96 242,36
<i>Contabilidade, assessoria e responsabilidade fiscal</i>	51 660,00
<i>Comunicação e imagem - consultoria</i>	73 800,00
<i>Traduções e intérpretes</i>	10 000,00
<i>Serviços jurídicos (a)</i>	41 063,20
<i>Desratização</i>	1 241,88
<i>Certificados digitais</i>	178 350,00
<i>Produção do Boletim</i>	177 120,00
<i>Produção da Revista</i>	50 856,96
<i>Atividades programáticas do CG e das Comissões e Institutos</i>	241 311,94
Total	1 119 385,13

(a) Trata-se de honorários previstos pagar a mandatários em processos de contencioso a faturar por sociedades de advogados. Ver a este propósito a rubrica seguinte – honorários.

Esta rubrica, que representa a maior parcela dos serviços especializados, contempla a contratação de diversos serviços, tais como, trabalhos de tipografia, de encadernação, assistência técnica aos servidores e aplicações da área da contabilidade e afins, acesso a base de dados de jurisprudência, consultoria de imagem, contabilidade e assessoria fiscal, aquisição de certificados digitais, tudo tal como consta desenvolvido no mapa precedente.

Tem sido constante a preocupação com a diminuição do orçamento desta rubrica, renegociando os contratos existentes com simultânea consulta a outras empresas prestadoras dos mesmos serviços, sem prejuízo de medidas de gestão criteriosas e rigorosas, de que é exemplo a redução para 2 do número de boletins da O.A. publicados em papel, privilegiando-se a sua divulgação *on line*, no nosso portal, reduzindo-se de forma significativa as despesas com as publicações.

Honorários

Esta rubrica, que inclui o IVA, custo que o Conselho Geral suporta, mas está impedido de deduzir, respeita a pagamentos devidos a prestadores de serviços que inclui os custos com mandatários nomeados no âmbito das ações judiciais com especial incidência na impugnação de decisões dos órgãos disciplinares e ações para cobrança de quotas e multas, os relatores dos processos de laudo, revisão e certificação legal das contas, entre outros, conforme se resume no quadro seguinte:

HONORÁRIOS

Prestador de serviços no âmbito da publicação da Revista	2 460,00 €
Honorários no âmbito das atividades das Comissões e Institutos (respeita ao reembolso das despesas de deslocação dos seus membros)	77 281,55 €
Revisor Oficial de Contas	12 915,00 €
Agentes de execução - cobrança quotas	11 070,00 €
Relatores de laudos	50 000,00 €
Mandatários processos Conselho Superior	44 788,72 €
Mandatários processos contencioso	110 700,00 €
Total	309 215,27 €

Daqui se concluindo que o montante previsto pagar a mandatários nomeados em processos de contencioso, quer no âmbito do Conselho Geral, quer no âmbito do Conselho Superior, em regime de prática individual e ou através de sociedades de advogados (ver “serviços jurídicos” no quadro “trabalhos especializados”), totaliza € 196 551,92.

Publicidade e divulgação institucional

Respeita essencialmente ao custo da publicação das convocatórias das assembleias gerais e da divulgação dos outros eventos de natureza institucional. A divulgação do Congresso implica um aumento significativo nesta rubrica.

Vigilância e segurança

Respeita ao serviço de segurança e alarmes, de acordo com o contrato subscrito com empresa de segurança.

Conservação e reparação

Respeita aos contratos de manutenção e assistência técnica de todos os equipamentos, de que se destacam as fotocopiadoras e aparelhos de ar condicionado e a pequenas reparações de equipamentos e pintura das instalações.

Serviços bancários e encargos com cobranças de quotas

Trata-se de encargos suportados com operações bancárias, designadamente com comunicações, transferências bancárias e comissões da SIBS

Materiais

Respeitam às rubricas seguintes:

Ferramentas e utensílios de desgaste rápido

Verba orçamentada para eventual aquisição de pequenos utensílios.

Livros e documentação técnica

Esta verba, que não inclui os livros e outras publicações a adquirir para a biblioteca da Ordem, é orçamentada apenas por precaução para a eventual aquisição de publicações, geralmente revistas, com validade de muito curto prazo.

Material de escritório e consumíveis de informática

Esta rubrica contempla todas as aquisições de material de escritório e consumíveis de informática, necessários ao bom desempenho dos serviços do conselho geral e do conselho superior

Artigos para oferta

Trata-se de um valor orçamentado a título preventivo, para presentear algum convidado da Ordem ou para distinguir personalidades no âmbito da realização do Congresso ou de outros eventos.

Material de limpeza e higiene

Respeita a artigos de higiene utilizados na limpeza e manutenção das instalações. Esta rubrica é apresentada autónoma em relação aos serviços de limpeza e higiene para melhor controlo orçamental desta despesa.

Ornamentação e decoração

Verba orçamentada a título preventivo, sempre necessária aquando da realização de eventos.

Jornais e revistas

Destinado à eventual aquisição de jornais.

Energia e fluidos

Respeita ao consumo de eletricidade e água e combustíveis com utilização da viatura afeta ao Bastonário e outros serviços externos.

Deslocações, estadas e transportes

Esta rubrica respeita a deslocações e estadas dos membros de órgãos estatutários, do pessoal e, eventualmente, de outras entidades, quando convidadas da O.A. para participação nas suas atividades e eventos.

Serviços diversos

Esta rubrica engloba rendas, aluguer de espaços para a realização de eventos, estacionamento de viaturas de visitantes da O.A., seguros, comunicação, serviços de limpeza e higiene e outros.

Rendas e alugueres

O valor orçamentado respeita ao valor das atuais rendas das instalações da sede, pagas à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores ajustadas com o coeficiente de atualização de 1,12%.

O valor pago à CPAS vai ser incrementado, em virtude de os serviços do Conselho Geral necessitarem de mais espaço e com melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades.

Esta rubrica inclui ainda o pagamento à CML de dois lugares na via pública para estacionamento para receber convidados da O.A., bem como espaço no parque coberto com a mesma finalidade.

Também inclui o aluguer de espaços para a realização de eventos e aluguer de equipamentos, designadamente do aluguer de fotocopiadoras e ainda o aluguer de equipamento de imagem e som, aquando da realização de eventos.

Rendas de instalações	87 186,62
Parques de estacionamento	6 390,00
Aluguer de espaços e equipamento	17 597,71
Total de rendas e alugueres	111 174,33

Comunicação

Respeita a despesas com correio físico, comunicações fixas e móveis, de voz e de dados.

Sublinha-se aqui o peso das despesas com a transmissão de dados que são suportados pelo Conselho Geral, mas que respeitam à transmissão de dados de todos os órgãos da Ordem dos Advogados.

DESPESAS DE COMUNICAÇÃO	
Telefones e fax	3 754,70
Telemóveis	10 982,48
Correio físico - cobrança quotas	19 677,59
Correio físico - geral	55 200,02
Correio físico publicações	58 195,13
Transmissão de dados	40 977,92
TV Cabo + internet	1 685,24
TOTAL	190 473,05

Seguros

No mapa seguinte discriminam-se, por ramos, os seguros e respetivos prémios, que se encontram subscritos pelo conselho geral.

Neste quadro não se incluem os seguros de trabalho, nem o seguro de vida-grupo, por fazerem parte da rubrica “Despesas com pessoal”, totalizando estes € 54 267,33.

Considerando este prémio, o montante total de seguros previsto é de € 1 300 275,04.

Automóvel	1 417,68
Multirriscos	1 711,43
Acidentes pessoais	42 878,60
Responsabilidade profissional	1 200 000,00
Subtotal	1 246 007,71

Realça-se que o Conselho Geral suporta os custos decorrentes de um seguro que inclui todos os titulares de cargos na Ordem dos Advogados, sejam estes membros do Conselho Geral, Conselho Superior ou Conselho Fiscal, sejam estes membros dos Conselhos Regionais, dos Conselhos de Deontologia ou Delegações.

Tal seguro de *acidentes pessoal* cobre os riscos suportados pelos titulares de cargos na Ordem dos Advogados enquanto no exercício dessas funções.

Do mesmo modo merece menção expressa o seguro de Responsabilidade Civil Profissional que, sem prejuízo de ser apenas obrigatório contratar para uma cobertura de € 50.000,00, o Conselho Geral deliberou a contratação de um seguro com a cobertura de € 150.000,00 a cada um dos Advogados.

Todos os prémios de seguro estão a ser negociados com as seguradoras, com vista à redução dos prémios.

A circunstância de o número de sinistros no âmbito do seguro de responsabilidade profissional ter vindo a aumentar, tem dificultado a nossa margem de negociação.

Contudo e atento o peso que esta rubrica tem no nosso orçamento, as negociações prosseguem, seguindo os diversos cenários, incluindo uma proposta ao mediador de um pacote de soluções integradas.

Contencioso e notariado

Trata-se de um valor residual e orçamentado à cautela para eventuais despesas relacionadas com reconhecimento de assinaturas ou obtenção de certidões.

Despesas de representação

Valor orçamentado para fazer face ao pagamento de despesas com terceiros que sejam convidados institucionais e outras despesas em prol do prestígio da Ordem dos Advogados.

Limpeza, higiene e conforto

Corresponde ao valor contratado para esta prestação destes serviços que passa a abranger os novos espaços que o CG passou a ocupar na CPAS.

Águas, cafés e outros

Esta rubrica respeita a consumo interno deste tipo de produtos, bem como no âmbito da realização de conferências, sessões de trabalho e eventos.

Refeições por conveniência de serviço com os titulares dos órgãos estatutários

Corresponde às despesas com refeições com membros do conselho superior, do conselho geral e do conselho fiscal, realizadas no âmbito dos plenários e sessões de trabalho.

Despesas com pessoal

O orçamento desta rubrica foi apurado com base no atual quadro de pessoal e remunerações respetivas reajustado para as necessidades decorrentes do processo de reestruturação em curso, o que explica o aumento de cerca de 4% face ao orçamento do ano anterior.

Acresce esclarecer que a rubrica “remunerações do pessoal e benefícios” inclui o montante de € 38 413,20 de pensões e complementos de reforma.

DESPESAS COM PESSOAL	
Remuneração e encargos de órgãos sociais	150 456,50
Remunerações do pessoal e benefícios	1 508 166,61
Encargos sobre remunerações	309 929,62
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	981,13
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	11 612,43
Seguro de saúde grupo	42 654,90
Medicina, higiene e segurança	2 716,09
Formação profissional	28 350,00
Outras despesas com pessoal	5 250,00
Total de despesas com pessoal	2 060 117,28

Outras despesas e encargos

Respeita a verbas não consideradas nas rubricas anteriores. Pela sua relevância destaca-se a verba de € 73 807,47, destinada ao pagamento das quotizações devidas pela inscrição da O.A. como membro de diversas associações, referenciadas no relatório de atividades

Atividades programáticas do Conselho Geral e das Comissões e Institutos

As atividades a desenvolver pelo Conselho Geral e pelas Comissões e Institutos determinam a realização das despesas que se encontram desenvolvidas no quadro seguinte e que já se encontram incluídas no mapa do orçamento:

PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2018

DESCRIÇÃO	Atividades do CG	Atividades das comissões e institutos
DESPESAS CORRENTES		
<i>Serviços especializados</i>	268 943,74	83 259,55
Trabalhos especializados	228 333,94	12 978,00
Divulgação institucional e obrigatória	33 609,80	
Honorários	7 000,00	70 281,55
Materiais	12 400,00	3 000,00
<i>Material de escritório</i>	<i>900,00</i>	<i>550,00</i>
Artigos para oferta	11 500,00	2 000,00
Ornamentação e decoração		450,00
Deslocações, estadas e transportes	22 897,60	27 977,60
Deslocações e estadas de pessoal	6 256,80	969,96
Deslocações e estadas-membros órgãos OA	14 140,80	25 567,64
Deslocações e estadas de outras entidades	2 500,00	1 440,00
Serviços diversos	6 500,00	4 700,00
Aluguer de espaços para eventos	6 500,00	2 500,00
Despesas de representação		500,00
Águas, cafés e outros		1 700,00
<i>Inscrições em eventos</i>		<i>1 500,00</i>
DESPESAS CORRENTES TOTAIS	310 741,34	120 437,15

Importa esclarecer que a rubrica de honorários respeita, na sua quase totalidade às deslocações dos membros das comissões e institutos, e não a honorários propriamente ditos.

Comparticipação estatutária em quotizações e apoio extraordinário aos Conselhos Regionais e Delegações

A receita proveniente das quotas pagas pelos advogados é, nos termos dos E.O.A., repartida do seguinte modo:

50% para o Conselho Geral

50% para os Conselhos Regionais e Delegações / Agrupamentos de Delegações

Os montantes a que corresponde esta repartição são os que constam no mapa da página 13 e que se resume, conforme o quadro seguinte:

Descrição	Total	Conselho Geral	Conselhos Regionais	Delegações / Agrupamentos de Delegações
Valor bruto previsto receber	13 782 150	6 891 075	5 004 675	1 886 400
Desconto pelo recebimento anual e semestral antecipado (cerca de 10%)	1 438 856	719 428	522 488	196 940
Valor líquido previsto receber	12 343 294	6 171 647	4 482 187	1 689 460
	100%	50%	36%	14%

Além desta comparticipação estatutária, neste orçamento está ainda contemplada a verba de € 350 000,00 para apoio extraordinário aos Conselhos Regionais que dele careçam para a realização das suas competências estatutárias, nomeadamente a manutenção dos serviços de proximidade aos advogados e aos cidadãos, sem prejuízo do recurso às tecnologias disponíveis como alternativa e ou reforço dos serviços, de acordo com a especificidade das atividades.

Benefícios aos Advogados, implícitos neste orçamento

Como foi referido na nota introdutória e em várias das considerações acerca das diversas rubricas contempladas neste orçamento, as despesas descritas traduzem-se em benefícios diretos ou indiretos para os advogados, com destaque para as que constam no quadro exemplificativo constante da página 2.

O montante apurado corresponde a cerca de € 2 421 503,56, o equivalente a 39 % do orçamento do Conselho Geral.

De realçar que as despesas previstas incorrer com as publicações é, neste orçamento, reduzida para menos de metade, privilegiando-se a divulgação do Boletim no portal da Ordem, prevendo-se a divulgação em papel de apenas duas edições.

DESPESAS DE INVESTIMENTO

Ficou referido a propósito da necessidade de reestruturação dos serviços, da manutenção e alterações ao SINOA, da introdução da vinheta eletrónica, do voto eletrónico, da reestruturação da rede interna, conjugada com os mecanismos de

segurança e de outros decorrentes da Lei, designadamente do Novo Regulamento Geral da Proteção de Dados, para além das renovações de licenças e upgrades de programas, que as necessidades de investimento são significativas, não podendo ser financiadas pelo excedente gerado num só período orçamental.

Assim, a implementação de todas as medidas e ações que consubstanciam o nosso plano estratégico estão, neste momento, quantificadas e projetadas de acordo com o seguinte programa:

			2 018	2 019	2 020
<i>Alterações à aplicação, em função das necessidades identificadas pelos diversos serviços</i>	SINOA	59 193,75	35 516,25	17 758,13	5 919,38
<i>Desenvolvimentos e aperfeiçoamento da ferramenta EDOC e a sua adaptação à implementação eletrónica do serviço de compras e controlo do regime da contratação pública</i>	EDOC	41 580,00	33 264,00	4 158,00	4 158,00
<i>Instalação e configuração da ferramenta utilização pelos CRL, CRP, CRE, CRF, CRA e CRM</i>	EDOC	127 598,72	25 519,74	63 799,36	38 279,62
<i>Aplicação para emissão de faturação das quotas, com ligação ao SINOA e ao programa de contabilidade e gestão</i>	CONTABILIDADE E GESTÃO	43 025,40	43 025,40		
<i>Desenvolvimento do portal</i>	PORTAL	57 502,50	40 251,75	11 500,50	5 750,25
<i>Aplicação para implementação do voto eletrónico, com simulação no Congresso</i>	VOTO ELETRÓNICO	47 355,00	15 785,00	31 570,00	
<i>Implementação da vinheta eletrónica</i>	VINHETA ELETRÓNICA	136 004,00	15 548,74	120 455,26	
<i>Implementação DLP, alteração perfis e afins, para permitir o cumprimento do NRPD</i>	NOVO REGULAMENTO GERAL DA PROTEÇÃO DE DADOS	40 590,00	8 118,00	32 472,00	
<i>Desenvolvimentos no e-mail</i>	E-MAIL	43 296,00	12 988,80	30 307,20	
<i>Registo de Autenticações e certificações e cédulas - certificação de códigos</i>	SERVIÇO AOS ADVOGADOS	4 735,50	4 735,50		
<i>Equipamento informático</i>	TODOS OS SERVIÇOS	99 025,00	99 025,00		
<i>Software</i>	INFORMÁTICA	94 893,37	47 446,68	47 446,68	
<i>Mobiliário</i>	TODOS OS SERVIÇOS	2 000,00	2 000,00		
<i>Equipamento diverso</i>	TODOS OS SERVIÇOS	1 500,00	1 500,00		
<i>Acervo de obras</i>	BIBLIOTECA	5 000,00	5 000,00		
<i>Grandes reparações nas instalações</i>	TODOS OS SERVIÇOS	35 000,00	35 000,00		
<i>Viatura</i>	BASTONÁRIO	30 000,00	30 000,00		
Totais		868 299,24	454 724,87	359 467,13	54 107,24

Do montante total de necessidades identificadas, apenas estão previstas ser satisfeito o equivalente a cerca de 52%, repartindo-se o remanescente pelos anos seguintes, que

acrescerão às necessidades identificadas para esses anos, como é o caso de novas versões de programas, de substituição de equipamento e outras necessidades pontuais e correntes.

Regras para execução orçamental

Não sendo um orçamento mais do que uma previsão das receitas e despesas que, de acordo com o plano de atividades e respetivo programa de ações, se estima que venham a ocorrer em condições normais, também é sabido que múltiplas variáveis podem perturbar a execução desses planos e programas tal como são delineados.

Ainda assim, é imperativo que, ainda que tal aconteça, devam ser adotadas medidas corretivas atempadamente.

Deste modo, consideramos útil que na execução do que aqui fica orçamentado sejam observadas as seguintes regras:

1. Despesas correntes e de investimento

- a. Toda e qualquer despesa só deverá ser realizada se estiver orçamentada e haja a garantia de que a mesma tem cabimentação à data da sua realização.
- b. Qualquer despesa que se mostre necessário ser realizada e não esteja orçamentada, a mesma só pode ser autorizada pelo Bastonário, sem prejuízo de, reunidas as condições necessárias, se promova a preparação de um orçamento retificativo.
- c. O Bastonário pode ainda autorizar a transferência de verbas de uma rubrica para outra, desde que a primeira não fique prejudicada, ou seja, desde que fique demonstrado, mediante justificação, que a verba orçamentada para a rubrica com excedente já não se mostra necessária.
- d. As verbas orçamentadas para as Comissões e Institutos podem ser transferidas de rubrica, sem prévia autorização do Bastonário, mas sempre com conhecimento antecipado deste e do Vogal Tesoureiro, verificados os pressupostos da alínea c) precedente.

- e. Do mesmo modo e com verificação destes mesmos requisistos, as verbas orçamentadas para os eventos programados pelo Conselho Geral podem ser transferidas de rubrica, sem prévia autorização do Bastonário, mas sempre com conhecimento deste e do Vogal Tesoureiro.
- f. Considera-se que não há necessidade de preparar orçamento retificativo desde que o desvio de qualquer rubrica das despesas face ao orçamentado, não se situe fora do intervalo de 5%, para mais ou para menos e que, simultaneamente, destes desvios não resulte um saldo orçamental deficitário ou, não sendo deficitário, não se afaste do previsto em mais de 10%, para menos.

2. Receitas

- a) Sempre que da análise sistemática da execução orçamental se conclua que as receitas não se realizarão, deve proceder-se à cativação de despesas na mesma proporção, de modo a garantir o equilíbrio orçamental, sem prejuízo da promoção de orçamento retificativo, verificados que sejam os pressuposto para o efeito.

Estas regras podem ser alteradas por deliberação do Conselho Geral

Conclusão

O presente orçamento obedece aos princípios de transparência e rigor, da racionalização das despesas e da eliminação de desperdícios, garantindo-se, deste modo, a observância do princípio do equilíbrio orçamental.

Trata-se de um orçamento de verdade que encerra em si mesmo medidas de natureza estratégica, de cautela quanto aos aspetos essenciais das ações a desenvolver e de prudência quanto á concretização de todas as ações a desenvolver.

Como ficou referido, não foi escolhido o caminho mais fácil, qual seja o de consumir excedentes gerados em períodos anteriores, mas o de utilizar apenas os fundos gerados no período e salvaguardando o equilíbrio financeiro, sem prejuízo do desenvolvimento das atividades a que nos propusemos.

E é assim que o excedente gerado de € 499 932,43 é utilizado, não na totalidade, mas em apenas 90% no financiamento dos investimentos selecionados para este ano.

Para a correta utilização deste documento como apoio à gestão financeira, foram estabelecidas as regras constantes do capítulo precedente, garantindo o controlo orçamental, ou seja, o acompanhamento permanente da execução orçamental.

Também temos a consciência de que não bastará o controlo das despesas e a sua realização apenas e só se orçamentadas. É necessário também que, do lado da receita, a cobrança prevista se realize, isto é, que todos os advogados cumpram com sua obrigação estatutária de pagar as suas quotas.

Por último, é nossa convicção que as medidas que estão a ser tomadas irão permitir para o ano de 2019 que contemple outras situações de discriminação positiva que agora apenas se criou para as advogadas parturientes. Acresce que o futuro plano estratégico - no mínimo de médio prazo - configure um orçamento adequado à realidade da advocacia portuguesa.

O Bastonário,

(Dr. Guilherme Figueiredo)